

Brasil credor dá desconto de até 80% nas dívidas

0
GLOBO
17 AGO 1998

Costa do Marfim, que tem débito com o Governo brasileiro de US\$ 250 milhões, terá o maior perdão

• **BRASÍLIA.** O Governo brasileiro vai assinar em setembro mais dois convênios de renegociação de dívidas vencidas e não pagas, desta vez, da Costa do Marfim e da Tanzânia. Eles estão no grupo de 11 governos beneficiados por um acordo internacional para reestruturação dos débitos de países em dificuldades financeiras. Pelo acordo, os credores se comprometem a dar desconto na dívida. No caso do Brasil, o crédito a receber chega a US\$ 1,5 bilhão. Só Tanzânia e Costa do Marfim devem ao Governo brasileiro US\$ 250 milhões. Este último é um dos devedores do Brasil que terá o maior perdão da dívida: 80%.

Moçambique deverá ser contemplado numa outra etapa

Apesar de a redução da dívida estar sendo negociada há algum tempo, o Executivo dependia da aprovação de lei pelo Congresso que autorizasse o Governo a abrir mão de parte dos débitos, o que só ocorreu no fim de junho.

Outros cinco países já estão com os convênios assinados mas falta o aval do Senado para entrar em vigor. Se forem aprovados, Moçambique poderá obter a redução da dívida de até 89%.

Os percentuais são fixados em reuniões do Clube de Paris, organismo internacional integrado

por países credores que renegocia a dívida governamental de economias em dificuldades financeiras. Um dos parâmetros usados na análise é a renda *per capita* anual que, nesses casos, é inferior a US\$ 500. Sem ter como honrar os débitos vencidos, esses países recorrem ao Clube de Paris para obter perdão parcial da dívida e condições para retomar os pagamentos. A avaliação é feita por instituições como FMI e Banco Mundial e o percentual fixado é aplicado aos países com créditos com aquele Governo.

No caso do Brasil, a maior parte da dívida é referente a linhas de financiamento à exportação obtidas no antigo programa Finenx, do Banco do Brasil.

— Se mesmo depois de acertar um percentual o país continuar com dificuldades de fazer os pagamentos, poderá obter perdão maior — disse Ceres Cerqueira, coordenadora geral de créditos externos da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Em 1991, o Brasil conseguiu aval do Senado para renegociar a dívida da Polônia. Na época, o Governo não podia abrir mão de parte do crédito, então foi reduzida a taxa de juros que corrigia a dívida para haver uma queda de 50%. ■